MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Órgão: Município de José de Freitas - PI

Objeto: registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para locação (licenciamento de uso) de software, em ambiente web (SaaS), para gestão, monitoramento e controle dos processos de licenciamento ambiental e urbanístico do Município, incluindo os serviços de implantação, conversão e migração de dados, configuração, parametrização, treinamento, manutenção, suporte técnico e atualização tecnológica e normativa contínua da plataforma.

Modalidade: Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços - SRP

Fundamentação: arts. 6º, XLI e XLV, 28, I, 29 e 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021

Vigência da ata: 1 (um) ano, prorrogável por igual período |

Prazo dos contratos: 12 meses, prorrogáveis

1. FINALIDADE

O presente Mapa de Riscos visa identificar, analisar e mitigar os riscos inerentes ao processo licitatório para registro de preços e às contratações dele decorrentes, relativos à solução tecnológica para gestão dos processos de licenciamento ambiental e urbanístico do Município.

2. METODOLOGIA

Classificação dos riscos conforme:

- **Probabilidade:** Baixa, Média, Alta
- **Impacto:** Baixo, Médio, Alto
- **Nível de Risco:** combinação entre probabilidade e impacto
- **Tratamento:** medidas preventivas e corretivas
- **Responsável:** unidade encarregada

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS RISCOS

Risco 1 - Licitação deserta ou fracassada

Descrição: Ausência de licitantes ou desclassificação/inabilitação de todos os interessados, retardando a implantação da solução.

Probabilidade: Média | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Ampla divulgação do certame (PNCP, sítio oficial e sistema eletrônico utilizado);
- Especificações aderentes às práticas usuais do mercado, validadas em levantamento de soluções disponíveis;
- Previsão da taxa de manutenção do sistema paga pelo usuário, como condição uniforme do edital, ampliando a atratividade econômica do certame;
- Valor máximo fixado pela média de cesta ampliada de contratações públicas similares consultadas no PNCP, assegurando aderência ao mercado e margem para fornecedores com estruturas de custo diversas;
- Prazo de apresentação de propostas não inferior ao mínimo legal (art. 55, II, "a", da Lei nº 14.133/2021).

Responsável: Agente de Contratação/Pregoeiro / Setor de Licitações

Risco 2 - Especificações restritivas ou direcionadas

Descrição: Requisitos técnicos que restrinjam indevidamente a competição ou direcionem o certame a fornecedor específico.

Probabilidade: Média | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Requisitos funcionais definidos por resultados e padrões de mercado, sem indicação de marca ou tecnologia proprietária;
- Prova de conceito objetiva, com roteiro e critérios de aprovação previamente publicados no edital;
- Revisão das especificações pela assessoria jurídica no controle prévio de legalidade (art. 53).

Responsável: Setor Demandante / Assessoria Jurídica

Risco 3 - Proposta inexequível ou fornecedor sem capacidade técnica

Descrição: Adjudicação a licitante com preço inexequível ou sem condições de executar o objeto, gerando inexecução contratual.

Probabilidade: Média | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Análise de exequibilidade das propostas (art. 59 da Lei nº 14.133/2021), com diligências, considerando também a receita tarifária uniforme na avaliação;
- Exigência de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto;
- Possibilidade, a critério da Administração, de demonstração do sistema (prova de conceito) pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- Formação de cadastro de reserva na ata de registro de preços.

Responsável: Pregoeiro / Equipe de Apoio / Setor Demandante

Risco 4 - Definição inadequada do escopo

Descrição: Falhas na delimitação das entregas (implantação, migração de dados, treinamento, SLA), gerando lacunas ou sobreposição de responsabilidades.

Probabilidade: Média | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Termo de Referência detalhado, com entregáveis e níveis de serviço definidos;
- Definição clara dos marcos de implantação e critérios de aceite;
- Validação prévia com as áreas técnica, de tecnologia e jurídica.

Responsável: Setor Demandante / TI / Jurídico

Risco 5 - Dependência tecnológica do fornecedor (lock-in)

Descrição: Vinculação à tecnologia proprietária do fornecedor, dificultando futura substituição da solução.

Probabilidade: Alta | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Previsão contratual de portabilidade e exportação integral dos dados em formato aberto e estruturado;
- Documentação técnica completa da solução e das integrações;
- Cláusula de transição assistida ao término do contrato;
- Capacitação da equipe interna para reduzir dependência.

Responsável: TI / Gestão Contratual

Risco 6 - Desatualização normativa do sistema

Descrição: Sistema e fluxos não acompanharem alterações na legislação ambiental e urbanística (federal, estadual, CONSEMA e municipal).

Probabilidade: Média | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Obrigação contratual de atualização normativa contínua da base parametrizada, com prazo definido em SLA;
- Monitoramento de mudanças legislativas pela fiscalização;
- Testes periódicos de aderência normativa dos fluxos automatizados.

Responsável: Contratada / Fiscalização do Contrato

Risco 7 - Falhas na automação de fluxos decisórios

Descrição: Parametrizações inadequadas que levem a decisões automatizadas inconsistentes com a legislação.

Probabilidade: Média | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Validação técnica e jurídica dos fluxos automatizados antes da entrada em produção;
- Implementação de etapas de conferência humana nos atos decisórios;
- Registro auditável das decisões automatizadas;
- Testes de conformidade na homologação.

Responsável: TI / Jurídico / Contratada

Risco 8 - Vulnerabilidades de segurança e proteção de dados

Descrição: Exposição de dados pessoais e de documentos técnicos dos processos administrativos.

Probabilidade: Média | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018);
- Criptografia, controle de acesso por perfis e registro de logs;
- Backups periódicos e plano de recuperação de desastres;
- Política de gestão de incidentes de segurança.

Responsável: TI / Contratada

Risco 9 - Falhas de integração com sistemas externos

Descrição: Incompatibilidade com sistemas municipais (tributação, arrecadação, protocolo).

Probabilidade: Média | **Impacto:** Médio | **Nível de Risco:** Médio

Medidas de Tratamento:

- Especificação detalhada de APIs e padrões de integração no Termo de Referência;
- Testes de interoperabilidade na fase de implantação;
- Mapeamento prévio dos sistemas existentes.

Responsável: TI

Risco 10 - Resistência organizacional e baixa adesão

Descrição: Dificuldade de adaptação dos servidores à solução.

Probabilidade: Média | **Impacto:** Médio | **Nível de Risco:** Médio

Medidas de Tratamento:

- Capacitação contínua e treinamentos previstos no objeto;
- Manuais operacionais e suporte técnico acessível;
- Gestão da mudança organizacional e operação assistida.

Responsável: Gestão de Pessoas / Setor Demandante

Risco 11 - Inexecução contratual ou baixa qualidade da entrega

Descrição: Descumprimento das obrigações contratuais ou dos níveis de serviço pactuados.

Probabilidade: Média | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Definição clara de indicadores de desempenho e SLA;
- Fiscalização técnica do contrato, com relatórios mensais;
- Aplicação de sanções administrativas (arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021);
- Possibilidade de convocação do cadastro de reserva.

Responsável: Fiscal e Gestor do Contrato

Risco 12 - Gestão inadequada da Ata de Registro de Preços

Descrição: Contratações acima dos quantitativos registrados, adesões sem demonstração de vantajosidade, perda do prazo de vigência ou ausência de controle de saldo.

Probabilidade: Média | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Controle formal do saldo dos itens registrados e dos limites de adesão;
- Anuência expressa do órgão gerenciador e verificação dos limites legais nas adesões (art. 86, §§ 2º a 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- Justificativa formal da demanda que fundamenta os quantitativos registrados, evitando questionamentos quanto a "ata de prateleira";
- Verificação periódica da vantajosidade dos preços registrados, em intervalos não superiores a 180 dias;
- Vedação de acréscimos aos quantitativos fixados na ata.

Responsável: Órgão Gerenciador / Setor de Licitações

Risco 13 - Descontinuidade do fornecedor

Descrição: Interrupção dos serviços por incapacidade técnica ou financeira do contratado.

Probabilidade: Baixa | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Médio

Medidas de Tratamento:

- Análise das condições de habilitação econômico-financeira;
- Plano de continuidade e cláusula de transição assistida com entrega dos dados;
- Cadastro de reserva da ata e possibilidade de convocação de remanescentes (art. 90, § 7º, da Lei nº 14.133/2021).

Responsável: Setor de Contratos / Jurídico

Risco 14 - Cobrança indevida ou requalificação da taxa de manutenção do sistema

Descrição: Vinculação indevida da tarifa de R$ 10,00 por licença ao ato de licenciamento (poder de polícia) em vez de ao uso da plataforma, ou cobrança em desacordo com as condições fixadas no edital e no contrato, com risco de requalificação como tributo cobrado por particular e de questionamento pelos órgãos de controle.

Probabilidade: Média | **Impacto:** Alto | **Nível de Risco:** Alto

Medidas de Tratamento:

- Caracterização expressa, no edital, na ata e nos contratos, da natureza não tributária da cobrança: tarifa recebida diretamente do usuário final pela contratada, por meio do próprio sistema, sem arrecadação ou repasse pelo Município, com clara vinculação ao uso da plataforma e não ao ato de licenciamento em si;
- Fixação da tarifa no edital como condição uniforme e não competitiva, idêntica para todos os licitantes, sem integrar a proposta ou o julgamento e vedada sua majoração pela contratada;
- Previsão de hipóteses de gratuidade ou isenção e transparência da cobrança ao usuário, com emissão de comprovante;
- Apuração auditável das licenças requeridas e dos valores recebidos, por relatório mensal extraído da plataforma, atestado pela fiscalização.

Responsável: Jurídico / Fazenda Municipal / Fiscal do Contrato

4. MONITORAMENTO E CONTROLE

- Acompanhamento contínuo pelo gestor e fiscal do contrato;
- Revisão periódica dos riscos ao longo da vigência da ata e dos contratos;
- Registro de ocorrências e planos de ação;
- Avaliação integrada (técnica e jurídica) da execução contratual.

5. CONCLUSÃO

Considerando a natureza do objeto e a forma de contratação adotada, pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, o presente Mapa de Riscos estabelece mecanismos adequados para mitigação de eventos adversos nas fases preparatória, de seleção do fornecedor e de execução contratual, assegurando a legalidade, a eficiência e a segurança jurídica da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Assim, conclui-se pela viabilidade do prosseguimento do certame, observadas as medidas de acompanhamento e controle previstas.

Unidade Técnica do Município de José de Freitas - PI, 07 de outubro de 2026.

DALVAN NERY DE SOUSA NASCIMENTO
Elaboração Técnica-PMJF/PI